

Putas nos asfaltos e nas margens: segregações espaciais e pandêmicas na precarização do trabalho sexual na cidade de São Paulo¹

Julio César Ferreira de Oliveira, Universidade de São Paulo

Palavras-chave: trabalho sexual; espaço urbano; prostituição.

O presente trabalho reflete e analisa processos de controle e resistência enfrentados por mulheres cis, mulheres trans e travestis que atuam como profissionais do sexo na cidade de São Paulo e enfrentam desafios que precarizam a venda de prazeres, como as gentrificações e segregações espaciais que tentam empurrá-las para margens da cidade e a pandemia da COVID-19 e sua catástrofe econômica e sanitária vivida de forma desigual por trabalhadoras marginalizadas.

Compreende-se aqui entender como o sexo mediado por dinheiro é produzido por forças de repressão e controle ao espaço urbano, mas também pela produção de resistências e contradisciplinaridades, com ênfase no território do Butantã na zona oeste da capital paulista. Questiona-se como as práticas de trabalho sexual produzem uma espacialidade envolta em ocupações conflituosas e liminares e como as transformações na paisagem urbana, nas configurações pós pandêmicas e de verticalização da cidade, afetam e precarizam a carreira de profissionais do sexo que se apropriam da metrópole para trocar prazeres por dinheiro.

O Butantã como um espaço aberto de prostituição

Como ponto aberto, as ruas que abrigam os *pontos* de prostituição no Butantã podem ser pensadas como territórios sociais polissêmicos e que abrigam ‘guerras de lugares’, na acepção de Antonio Arantes (2000). Para o autor, as megacidades contemporâneas são marcadas por ocupações sociais efêmeras que contrapõem territórios de pertencimento identitário delineado, o que as leva a serem pensadas não como mosaicos de existência compartilhada, mas em ocupações conflituosas e marcadas por processos de liminaridade, nos quais estruturas são confrontadas e dissolvidas. No Butantã, os significados dados ao espaço são diversos, conflituosos e sobrepostos - vão desde trabalhadoras sexuais com decotes e minissaias nas ruas, a crianças que brincam

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

em gangorras em parques na escola e multinacionais envolvidas em casos de corrupção com homens engravatados.

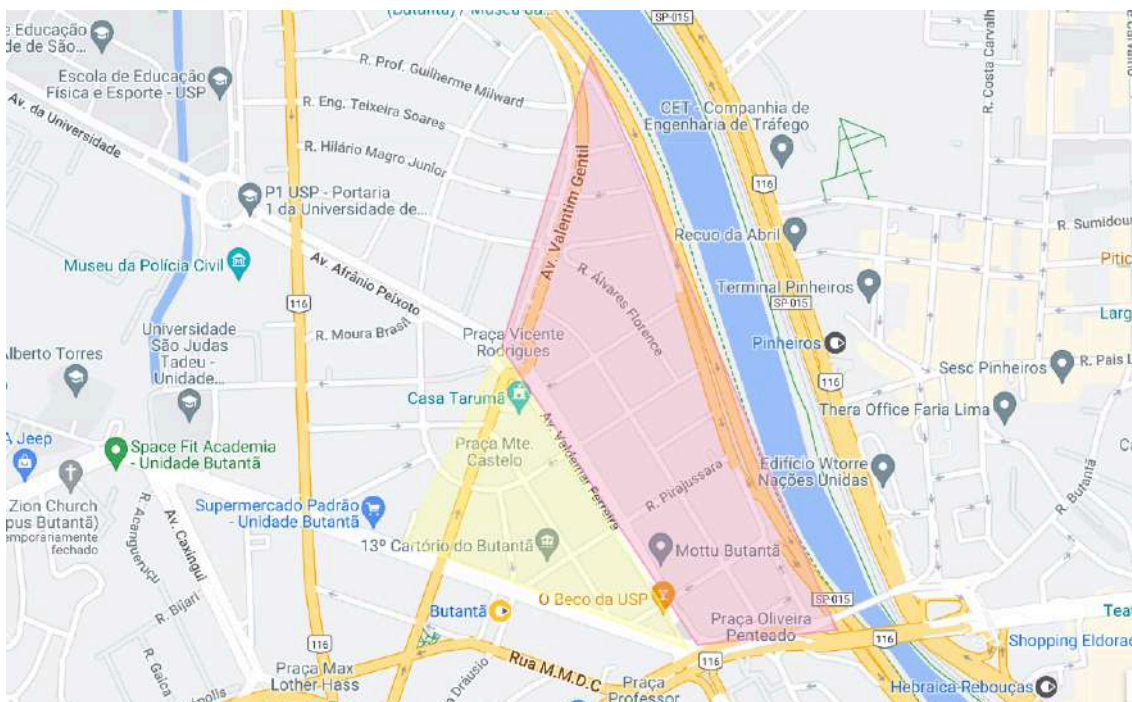


Imagem 1: Territórios de prostituição no Butantã. A Avenida Valdemar Ferreira é um divisor simbólico e espacial entre o território de mulheres cisgêneras (em amarelo) e o de travestis e mulheres trans (em rosa). Todavia, esse limite não é intransponível, existem travestis e mulheres trans que coabitam *pontos* com mulheres cis na área em amarelo. Fonte: Google Maps.

Como parte dos territórios em guerras de lugares na cidade de São Paulo, o Butantã pode ser entendido como uma zona marcada por processos de pertencimento ambíguo. O City Butantã - bairro de classe média onde se encontram os territórios de prostituição de mulheres cis, trans e travestis no distrito -, é palco de disputas entre moradores residenciais e trabalhadoras sexuais, em que se fazem comuns as tentativas conjuntas de expulsão desses corpos subversivos na imposição da prevalência de um unívoco código espacial - familiar, matrimonial e de classes médias. Como já descrito em um trabalho anterior:

Neste trabalho delimitamos as investigações para o chamado City Butantã - um dos bairros de maior padrão socioeconômico [do Butantã]. Delimitado pela Avenida Vital Brasil e Marginal Pinheiros, o City Butantã abrange uma estação de metrô e é rota de um grande número de veículos, trazendo uma heterogeneidade de pessoas, corpos e trajetórias à região. [...] Na região, em torno ao metrô, concentra-se grande quantidade de laborações, em sua maioria comércios informais, como venda de café e outros alimentos em pequenos estandes. Nos limites do bairro situam-se duas grandes empresas, a empreiteira Odebrecht e a farmacêutica Johnson & Johnson. (Ferreira & Damasceno, 2019: 1)

Na configuração espacial do território pós-pandemia, o processo de verticalização do bairro foi intensificado, especialmente na construção de condomínios, alguns deles de apartamentos compactos para pessoas que desejam morar sozinhas. Na medida em que a construção de apartamentos do tipo studio de cerca de 30 m² é anunciada para pessoas que moram sozinhas, com apelo para os estudantes da Universidade de São Paulo, o investimento de capital no território parece abrir campo para um código espacial no qual não predominam somente famílias. Contudo, entre casarões e prédios que abrigam famílias e pessoas sozinhas, as velhas e novas arquiteturas do bairro possuem a semelhança de serem habitadas por pessoas de classe média, com poder aquisitivo de grande disparidade das profissionais do sexo que ocupam o espaço público delimitado por seus muros e grades.

O processo de verticalização do bairro foi precedido por indícios de especulação imobiliária há alguns anos. Antigos estacionamentos e vastos terrenos, antes apropriados por trabalhadoras sexuais que trabalhavam em suas calçadas, tornaram-se prédios de quinze ou mais andares em construções finalizadas ou em andamento, algumas de empreiteiras com financiamento de grandes instituições financeiras. Ao dia, não é raro ver pessoas que distribuem panfletos na saída de supermercados convidando pedestres a visitarem os estandes de venda de apartamentos cujo metro quadrado custa de dez a quinze mil reais. Ante a ausência de corpos, muitas calçadas e sarjetas estão ocupadas por andaimes e caçambas de construção. A ocupação das ruas com entulhos de obras dificulta a presença das trabalhadoras nas calçadas e a comunicação com possíveis clientes que transitam de carro, o que as obriga a buscar por ocupações itinerantes, em um cenário de precarização do trabalho sexual.



Imagem 2: Uma das calçadas no City Butantã que deixou de ser apropriada como *ponto* por profissionais do sexo com a construção de condomínios. Em uma das placas é possível ler que o empreendimento foi financiado pelo banco Bradesco.



Imagem 3: Nos entornos da estação de metrô do Butantã, lado a lado, encontram-se um pequeno estabelecimento do mercado do sexo em que mulheres fazem programas e o estande de vendas de um

prédio residencial de mais de trinta andares, prestes a ser inaugurado há duas quadras dali - suas luzes contaminam-se e competem pela atenção de quem passa.

Nos códigos conflituosos que circundam esses espaços, existe um desejo latente dos moradores por homogeneidade social, clama-se por distanciamento e exclusão de determinados corpos atestados como perigosos em um imaginário do medo, materializado em táticas de vigilância e separação. Nessa perspectiva, o City Butantã marcado pelos corpos das prostitutas que se deseja expulsar, mas também outros bairros do Butantã, marcados pelo medo de corpos que podem trazer violência e da criminalidade, são territórios que podem ser analisados como partes de uma ‘cidade de muros’, como argumenta Teresa Caldeira (2000).

Para a autora, os processos de mudança social das cidades contemporâneas trouxeram consigo violência e medo que, por sua vez, geraram novas formas de segregação espacial e discriminação social. Ao ver São Paulo como uma “cidade de muros”, Caldeira atesta que no processo de redemocratização do Brasil na década de 80, cresce o medo do crime violento na população em geral, as classes altas se sentem particularmente ameaçadas e se empenham na construção de “enclaves fortificados para sua residência, trabalho, lazer e consumo” (Ibid, p. 9). Na construção de muros, grades e sistemas de vigilância contra grupos marginalizados e responsabilizados pela violência, a segurança se torna um objeto privatizado de consumo e venda no mercado, especialmente em virtude da desconfiança depositada nas instituições estatais, vistas como ineficazes na função de promover segurança pública. Nessa perspectiva, o medo da violência e o desejo por distanciamento de grupos que se diferem em raça e classe geram a construção de outro espaço público: “fragmentado, articulado em termos de separações rígidas e segurança sofisticada, e no qual a desigualdade é um valor estruturante” (Ibid., p. 12).

No bairro marcado por empresas e condomínios de classe média, também existem esforços em busca da construção de um espaço fechado e que segrega outros corpos que buscam ali se territorializar. É o caso de mulheres cis, mulheres trans e travestis que trabalham como profissionais do sexo no bairro sob a vigilância de câmeras, seguranças privados e policiais. A presença de trabalhadoras sexuais no Butantã é vista como um problema de ordem pública e moral por moradores do bairro há pelo menos cinco décadas. Em 1979, um movimento de moradores chegou a organizar uma Marcha da Família para pressionar o então secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo Erasmo Dias, militar responsável por diversas ações de

repressão na ditadura, a intensificar as ações policiais que prendiam trabalhadoras no bairro (Ocanha, 2014: 143)

A ocupação do bairro por trabalhadoras sexuais mostra-se historicamente conflituosa e parte de uma guerra de lugares na qual as estruturas são confrontadas e dissolvidas por apropriações liminares ao longo do tempo (Arantes, 2000). Um dos feitos mais emblemáticos deste conflito ocorreu no final de 2017, quando a associação de moradores, junto a empresas que ali residem, conseguiu autorização para instalar bloqueios que privatizam ruas do bairro para o uso exclusivo de moradores e retiram as trabalhadoras sexuais que ali faziam ponto:

Por consequência, a prostituição em áreas de classe média que mostrava uma clara clivagem de pessoas, acentuou-se em medidas de expulsão e cercamento do espaço público. No combate à prostituição, ruas de condomínios em torno da Marginal Pinheiros foram fechadas com o uso de portões fixos e seguranças que dão acesso unicamente a moradores. Uma medida de reivindicação do espaço na tentativa de dividir explicitamente aqueles que habitam a área dos portões para dentro e aquelas que ocupam as ruas e calçadas, acabando por favorecer os primeiros. Esse movimento de dispersão acabou por alterar territórios utilizados como pontos, dando uma nova dinâmica à permanência na região e ampliando as áreas dos portões que circundam e ditam entrada àqueles que ocupam o espaço como planejado. (Ferreira & Damasceno; 2019: 5)

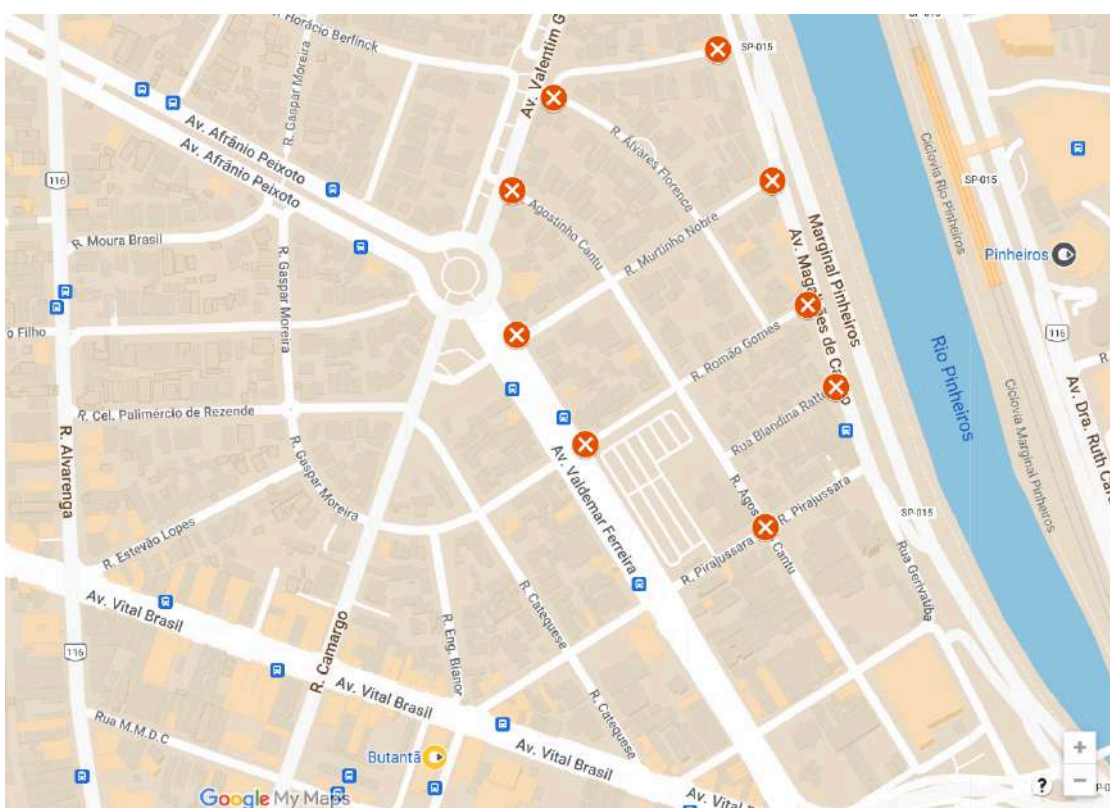


Imagem 4: Os nove pontos de bloqueio instalados nas ruas do City Butantã representados por círculos em vermelho. Fonte: Google Maps.



Imagem 5: As grades de um portão instalado na rua Romão Gomes sob a lei municipal 16.439 de 2016.

Na tentativa de coletar discursos dos moradores do Butantã sobre a prostituição, procurei fazer observações etnográficas online acerca das redes de informação sobre ‘segurança’ e ‘criminalidade’ na região e, eventualmente, fiz campo em reuniões presenciais do conselho comunitário da associação de moradores do distrito. Nas reuniões da associação de moradores que se define como uma ‘polícia comunitária’, celebra-se notícias como a flexibilização do porte de armas, a morte de ‘bandidos’ por policiais e alerta-se para uma ‘gangue de travestis’ (como substantivo masculino) que rouba e ataca violentamente moradores do City Butantã - sem considerar que as profissionais do sexo também são vítimas da criminalidade que atinge a região.

Os discursos dos moradores da região, em âmbitos presenciais ou virtuais, são baseados em tons de vingança pessoal e medo, são falas que ligam criminosos, mulheres prostitutas e travestis como problemas de ordem pública e moral que devem ser combatidos pelo Estado e, por vezes, em seus próprios poderes de ação violenta. No entanto, tais discursos não são homogêneos e possuem tensões e conflitos dentro de seus princípios argumentativos e em relação a outros grupos de moradores. Existem pessoas pobres e pretas que apoiam publicamente maior policiamento das ruas e controle de corpos, mesmo que tais medidas possam piorar suas próprias vivências e seus trajetos de circulação pela cidade - aplaudem o fechamento de ruas de condomínios que não moram e que, portanto, não podem circular. Outras reclamam da justiça, das

prefeituras e de órgãos institucionais que em nada melhoram suas vidas, demonstram desconfiança ao Estado em simultâneo apoio ao mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro e a leis mais rígidas em torno de tráfico de drogas e roubo.

Nesses contextos, a prostituição também aparece como um problema de ordem pública e segurança, sendo as mulheres mais frequentemente associadas a um grau de promiscuidade incompatível com os espaços familiares que ocupam, e as travestis igualadas ao status desses ‘bandidos’ que roubam e matam. Mais do que isso, as travestis parecem ser classificadas como ainda piores que ‘bandidos’ e ‘criminosos’, já que além de estarem no mundo do crime, ameaçando os ‘trabalhadores de bem’ em seus altos níveis de periculosidade, ainda são uma ofensa à estrutura binária de gênero desses cidadãos, expõem seus corpos abjetos em via pública, são seres incongruentes e de má influência para as crianças.

No caso das mulheres prostitutas, suas pessoas são interpretadas ora como ‘vítimas’ que estão em uma vida a qual ninguém escolheria por legítima vontade - o único proletariado pelo qual se sente pena (DESPENTES, 2016) -, e ora como ‘degeneradas’, que corrompem a harmonia daquele espaço familiar, que ameaçam tanto às esposas já que podem seduzir seus maridos, quanto aterrorizam a própria coerência dessas estruturas familiares, uma vez que representam carreiras que nem filhas e nem mães deveriam seguir. Tanto no viés da prostituta como mulher vitimizada, quanto no da mulher imoral, a solução proposta para seus corpos é que sejam retiradas do urbano que apropriam, se dediquem ao matrimônio como ‘mulheres de bem’ e ocupem apenas o espaço delimitado pelo perímetro privado de suas casas. Na medida em que, para as mulheres cis, coexiste um código moral de piedade no qual elas podem ser vistas como pessoas vulneráveis que não tiveram escolha em serem prostitutas, as travestis e mulheres trans, sobretudo negras, são vistas como duplamente vis: além de comercializarem sexo, são operadas como criminosas natas que aumentam a delinquência das ruas.

Junto às grades e ao controle policial do espaço público, encontram-se novos artificios de vigilância, como a disseminação de seguranças privados e a instalação de câmeras que filmam calçadas e capturam imagens de corpos tidos como perversos e imorais. As putas, cis e trans, desafiam o estatuto de um bairro de classe média e de heterossexualidade hegemônica com a venda de prazeres e a transformação do que deveria ser dado em uma carreira de trabalho. São corpos que, por vezes, são fotografados e expostos em redes sociais como imagens do que deve ser empurrado para

as margens, representações que incentivam um pânico moral de segregação espacial e desejo por fronteiras que delimitem a cidade.

Em um dos grupos observados no Facebook, um morador do City Butantã posta vídeos e imagens capturadas por seus dispositivos de segurança de trabalhadoras sexuais em frente de sua casa. Sua publicação não especifica se elas são mulheres cis, trans ou travestis. A medida de divulgar rostos e corpos daqueles que se deseja distanciamento social e espacial é comum aos moradores do Butantã - a quebra do anonimato e a exposição pública dessas pessoas parece ser uma estratégia de punição para aqueles que ocupam espaços próximos às suas casas e desafiam suas noções de propriedade.

Repressões e contradisciplinaridades

Ainda que seja historicamente de interesse do Estado regular os corpos das mulheres prostitutas, como nos espaços de confinamento e casas de tolerância que marcam a história da cidade de São Paulo até a década de 1950 (Feldman, 1986), as trabalhadoras sexuais que ocupam espaços públicos não podem ser vistas como apenas ‘corpos’ que não possuem agência. Nem os clientes podem ser vistos como simplesmente exploradores dos corpos femininos, nem as mulheres prostitutas podem ser vistas como corpos dóceis, já que interagem com os meios de disciplinarização expostos a si e usam seus discursos de centralidade e periferia em aspectos de construção de suas identidades. Ao ver o Butantã como parte de uma ‘cidade de muros’, os corpos das mulheres prostitutas (e também das travestis) podem ser abordados sob a peculiaridade brasileira do ‘corpo incircunscrito’ (CALDEIRA, 2000) - aquele que não foi legitimado nos modelos de disciplina e individualidade descritos por Foucault (1999), que está sujeito a diversas intervenções e manipulações não necessariamente dolorosas, que “não tem barreiras claras de separação ou evitação; é um corpo permeável, aberto à intervenção” (Ibid., p.370), seja do Estado ou dos seguranças privados espalhados pela cidade.

Mesmo com os processos de segregação de seus corpos e limitação de suas mobilidades, as mulheres prostitutas continuam a se apropriar do espaço público, em ocupações itinerantes e evocações de feminilidades sedutoras. Nos espaços que ocupam de forma reorganizável, fazem-se outros usos potenciais das estratégias que tentam classificá-las como corpos não legítimos. Se as ruas que ocupam são fechadas, outras são apropriadas como *pista* - seus corpos se espriam pelos espaços e resistem às intervenções feitas no urbano. Elas penduram bolsas nas grades que as limitam para o

lado de fora, utilizam dos carros parados na rua para apoiarem o corpo e agilmente interagirem com os clientes que passam de carro. São mulheres que se posicionam à frente de condomínios de classe média e empresas multinacionais - espaços que só ocupariam caso entrassem como empregadas e, ainda assim, poderiam ser segregadas espacialmente em elevadores de serviço e portas de fundo.

Suas formas de resistência não passam por ações políticas institucionalizadas em sindicatos e organizações de trabalhadoras sexuais, como acontece em cidades como Campinas, Rio de Janeiro e Belém (Santos et al, 2020). O meio com que operam as forças que buscam segregá-las é uma ação política que não se baseia em confrontações abertas e organizadas, mas em formas de domesticar o poder cotidianamente, em atos percíveis ao tempo e de fins imediatos (Scott, 2011) - ante grades que delimitam sua mobilidade, constroem ocupações itinerantes e utilizam das mesmas para pendurar bolsas e mostrar que continuarão a ocupar tais espaços. Num território de muros, grades e câmeras de segurança, as prostitutas negociam com as formas de poder e segregação e matizam ruas e arquiteturas pálidas com as cores de seus erotismos:

El paisaje corporal en esta región es bastante ecléctico, ofrece un escenario de universitarios de clase media, hombres con corbata, trabajadores de la seguridad privada, “cuidadores” de coches y prostitutas que dan color, olor y sonidos a un espacio aparentemente árido, de poca circulación de peatones y tránsito intenso de coches por la Marginal Pinheiros, de cuyo río solo nos acordamos por el emblemático mal olor. (Nascimento, 2019: 101)

O espaço público desse bairro nobre é, assim, apropriado por mulheres cis, trans e travestis de classes populares. Nessa apropriação, seus artefatos de heterossexualidade hegemônica veiculados ao matrimônio e naturalizados em repetição (Bell & Valentine, 1995) são desestabilizados pela presença de corpos de mulheres que cobram pelo sexo e reivindicam espaços da cidade onde não lhes foi dado o direito de circular.

Nessa dominação e apropriação feminina do espaço público, mulheres cis, trans e travestis expulsam os corpos que também lhes são indesejados, carregam canivetes e facas nas bolsas para se protegerem nas noites da cidade. Elas envelhecem com a paisagem urbana e trabalham por décadas nas mesmas ruas, como fazem diversas mulheres cis, ou utilizam São Paulo como uma cidade-substância (Nascimento, 2019) na qual constroem seus corpos e arrecadam fundos para trajetos de mobilidade que pode ultrapassar fronteiras nacionais. As putas performam feminilidades como formas de ocupação, confrontam e negociam com as estruturas que determinam quem tem o direito à cidade e podem ocupar territórios na metrópole.

Com a pandemia da COVID-19, novas configurações e tensões pelo espaço urbano instauraram-se no bairro do Butantã. A mudança das configurações do bairro em virtude da pandemia em que menos clientes e prostitutas ocuparam as ruas, alternou os códigos de ocupação do espaço e deu brecha para que outros corpos passassem a apropriar-se do território e reivindicar suas ocupações como legítimas, como motoristas de Uber e flanelinhas. Esses homens lutam para se apropriar das ruas que mulheres, como Rita, uma interlocutora cis e branca que trabalha há décadas no bairro, conquistaram ante repressão da polícia, dos moradores e da prefeitura e a produção de resistências cotidianas contra aqueles que tentam expulsá-las. Tanto as mulheres cis como as mulheres trans e travestis que continuaram a trabalhar nas ruas durante a pandemia foram discriminadas como vetores pandêmicos da doença, em meio a dificuldades econômicas e ao adoecimento de clientes e familiares.

A guerra de lugares (Arantes, 2000) do bairro passou a abranger novos atores e Rita novos adversários. Ela conta que está em uma batalha de nervos, que discutiu com um motorista que queria estacionar na frente de seu ponto e ele a chamou de idosa, disse que deveria estar em casa fazendo tricô ou trabalhando como empregada doméstica, pois a rua não pertence às putas velhas. Rita conta que esse homem era negro e que o respondeu pedindo para ele olhar a cor branca de sua pele e refletir sobre a qual dos dois realmente é apropriado o trabalho de limpar casas alheias. Neste conflito entre trabalhadores informais de diferentes ofícios, mas que têm em comum o pertencimento às classes baixas, Rita é uma mulher mais velha que teme ser agredida por esses homens viris e de hostilidade verbal, mas é uma mulher branca e utiliza de sua branquitude como mecanismo para se defender e posicionar a si mesma no topo da hierarquia racial. Nesta cena, os marcadores de raça, gênero e geração embatem em conflito pela dinâmica de poder do direito ao espaço.

O desejo masculino

Em 2019, uma das medidas tomadas acerca do controle da prostituição no City Butantã em e comemorada por moradores, foi a alteração das rotas de circulação nas ruas Catequese e Romão Gomes - uma medida que diminui a circulação de carros e, procura, afetar a demanda de clientes que circula pela região. Esses espaços feitos de pista por mulheres prostitutas, que se posicionam nas calçadas de casarões e condomínios enquanto negociam programas com homens motoristas que ali se deslocam, sofreram intervenções de moradores e do Estado que, mais uma vez, intervém na mobilidade do espaço urbano como uma forma de afastar corpos

indesejados. No entanto, na nota emitida pela Prefeitura sobre a alteração das rotas, não há nenhuma menção à prostituição, o que pode ser explicado em uma tentativa de mascarar suas reais intenções ou não reconhecer esse ‘problema’ publicamente, ainda que o atual governador do estado tenha prometido em campanha solucionar essa ‘lamentável’ questão². Na justificativa mascarada de “melhorar as condições de segurança de pedestres e de fluidez no trânsito local”³, as mãos das ruas foram alteradas e bloqueios foram instalados, o que fez com que motoristas que queiram se dirigir a essas ruas tenham percursos maiores, que incluem semáforos e trânsito e sejam, possivelmente, desestimulados a irem para os territórios de prostituição.

Em um grupo online, um dos moradores comemorou a notícia na defesa de que a medida iria *diminuir o ímpeto lascivo dos homens*, o que nos leva a pensar em como certos circuitos de (i)mobilidade no espaço urbano estão associados à construção do desejo e à operação do erótico. Nesse caso, o espaço que dificulta a mobilidade e o tempo perdido no trânsito parecem ter sido usados como ferramentas de perda do tesão masculino. Dado o recente acontecimento, levanta-se o seguinte questionamento: estariam as forças que controlam a prostituição no bairro direcionadas também ao desejo masculino?

Elizabeth Bernstein (2008) argumenta que paralelo ao crescimento e à diversificação dos serviços sexuais disponíveis para consumo, está a problematização e o controle do desejo masculino heterossexual, em cidades dos Estados Unidos e da Europa. Na medida em que cresce a acessibilidade ao sexo pago, a espaços, tecnologias e químicos, como o Viagra, que tornam o sexo uma recreação acessível, emergem formas de controle ao desejo e comportamento masculino, na defesa do sexo como um vício nocivo. Na década de 90, pela primeira vez, cidades estadunidenses como São Francisco e Nova York aderiram à abordagem policial não somente às prostitutas, mas aos clientes no mercado do sexo que foram presos, tiveram veículos retidos e foram alvos de programas de reeducação que valorizam o discurso de uma sexualidade sadia

² “Recomendei à GCM [Guarda Civil Metropolitana] que ampliasse as rondas em todas as áreas onde há lamentavelmente a prostituição e aquilo que degrada os princípios de moralidade pública, fazendo isso com cuidado e respeito, mas fazendo com que a justiça se sobreponha e defenda também os interesses legítimos de seus moradores” - fala do ex-prefeito da cidade de São Paulo e ex-governador do estado João Doria, em entrevista de 2017. Disponível em: <<https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/doria-promete-solucoes-para-prostituicao-no-butanta-e-jockey-club.html>>.

³ “CET altera circulação nas ruas Catequese e Romão Gomes, no Butantã” - 16 out 2019. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/cet-altera-circulacao-nas-ruas-catequese-e-romao-gomes-no-butanta?fbclid=IwAR0YSqK1OKCAZGHfhX5VX_QJ7IFk5ilBXGWhBv-eIWvxobYfU-lqp3_03J4>.

dada pelo matrimônio, "invertendo o padrão histórico que as feministas há muito criticavam" (Ibid., p. 321). Nesses contextos, que ainda parecem distantes do brasileiro, no qual apenas as mulheres prostitutas carregam os estigmas das relações sexuais pagas⁴, a prostituição é controlada também pelos consumidores que a demandam e que deveriam operar diferentes usos de suas sexualidades:

Contudo, ao final do século XX, com a mudança de uma economia baseada na produção para uma economia baseada no consumo, o foco da crítica moral e da reforma política é gradualmente deslocado; a prostituta é normalizada, seja como "vítima" ou como "trabalhadora do sexo", enquanto a atenção e a sanção é afastada das práticas de trabalho em direção do comportamento do consumidor. (BERNSTEIN, 2008: 323)

Virginie Despentes (2016) disserta sobre como as leis de Nicolas Sarkozy, ex-presidente da França, que empurraram as prostitutas da rua para fora do perímetro urbano, em periferias e florestas, são medidas que também buscam ejetar o desejo masculino das cidades. Nessa perspectiva, criam-se discursos que posicionam a sexualidade como idealmente privada, na ideia que a cidade não deve ser erotizada, quando, na verdade, o que se deseja combater são as sexualidades periféricas e fora da instituição do casamento heterossexual (DUNCAN, 1996b). O desejo bruto dos homens é deportado da cidade, a relação contratual em que a prostituta é paga por seus serviços em comparação com a esposa que os presta de forma gratuita é problematizada, provoca-se sentimentos de culpa na sexualidade masculina ao evocar a imagem de que as mulheres prostitutas são vítimas de seus desejos, na mesma medida em que o contrato sexual do casamento não é naturalizado:

Essa imagem específica da prostituta que tanto gostamos de exibir, destituída de seus direitos, privada de sua autonomia, de seu poder de decisão, possui diversas funções. Explicitamente: mostrar aos homens que têm vontade de pegar uma puta até onde eles devem descer para conseguir fazê-lo. Dessa maneira, eles também são redirecionados ao casamento, em direção à célula familiar: todo mundo deve ficar dentro de casa. Esse é também um jeito de lembrar aos homens que sua sexualidade é forçosamente monstruosa, que ela produz vítimas, destrói vidas. (DESPENTES, 2016: 68)

Em campo, outras estratégias de controle ao desejo dos clientes, que atrapalham o trabalho e o ganho das mulheres que estão na rua, já foram relatadas. Quando pergunto sobre os melhores dias para se fazer ponto, Verona responde que geralmente nos fins de semana os *homens estão mais afobados*, e que no início de cada mês, o movimento também é bom porque acabaram de receber seus salários. Vejo um

⁴ Na medida que as mulheres prostitutas foram problematizadas por médicos, juristas e governadores que, desde o fim do século XIX, posicionam-as como essencialmente imorais e ligadas à transmissão de infecções venéreas, a prática de homens iniciarem suas vidas sexuais por intermédio monetário, em bordéis fora do espaço matrimonial, é socialmente aceita e historicamente não problematizada (RAGO, 1991; PRADA, 2018).

guarda-chuva pendurado nas grades do prédio ao qual ela se apropria das calçadas, pergunto se a chuva não atrapalha o movimento e ela responde que não, que existem clientes no frio e no calor, que o movimento só é fraco nos dias que ocorrem jogos de futebol e nos períodos de crise econômica. No entanto, ela também reclama das viaturas da polícia militar que se posicionam estrategicamente nas esquinas do bairro, o que faz que clientes que pretendiam passar de carro pelos pontos, deem a volta quando avistam as sirenes das viaturas acesas. Os discursos em defesa do controle da sexualidade masculina também aparecem em algumas publicações observadas online, nas quais pessoas defendem que a oferta de serviços sexuais nesses territórios só existe porque também há demanda de homens ‘pervertidos’ que procuram por ‘essas mulheres’.

Nessa perspectiva, os clientes também podem ser pensados em certas identidades dissidentes, como marginais ambíguos (HART, 1995), que visitam as ruas de prostituição em segredo, mas também ocupam espaços em que não estão inseridos como subversivos na cidade. Suas identidades também são flutuantes e variam de acordo com o espaço em que estão inseridos (PERLONGHER, 1987), uma vez que se movem entre esferas familiares e redes de fuga e desejo, em mecanismos que protegem suas identidades em anonimato similares aos operados pelas mulheres prostitutas.

Uma questão que ainda será explorada na minha pesquisa de mestrado é a possibilidade de as segregações espaciais e os esforços para precarizar o trabalho sexual nas ruas e espaços públicos possam direcionar clientes para mercados do sexo *indoor* e online, em que teriam maior proteção para suas identidades anônimas - ainda que os próprios mecanismos de encobrimento do “eu” dificultem meu acesso a clientes e limitem minhas interações com os consumidores apenas pela descrição que as mulheres fazem de seus programas.

Referências bibliográficas

BERNSTEIN, Elizabeth. O significado da compra: desejo, demanda e o comércio do sexo. **Cadernos Pagu**, n. 31, p. 315–362, 2008.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro — São Paulo: Editora 34 / Edusp, 2000.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. São Paulo: n-1 edições, 2016.

FELDMAN, Sarah. **Segregações espaciais urbanas**: a territorialização da prostituição feminina em São Paulo. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo: 1988.

FERREIRA, Julio Cesar; DAMASCENO, Sabrina Andre. Mulheres que Ficam, Travestis que Voam: Perspectivas e Territórios da Prostituição no Bairro do Butantã em São Paulo. **Ponto Urbe** [Online], 25 | 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: A vontade de saber. Edições Graal, 13ª edição, Rio de Janeiro: 1999.

HART, Angie. (Re)Constructing a spanish red-light district: prostitution, space and power. IN: BELL, David; VALENTINE, Gill (orgs.). **Mapping Desire**: Geographies of Sexualities. Londres e Nova York, Routledge, 1995.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. Corpografias divergentes: las ciudades deseadas y las prohibidas en las experiencias travestis (Brasil). **Revista Colombiana de Antropología**, vol. 55, n.2, jul-dez 2019.

OCANHA, Rafael Freitas. "**Amor, feijão, abaixo camburão**". Imprensa, violência e *trottoir* em São Paulo (1979-1983). Dissertação de mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2014.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. 1ª edição, Editora Brasiliense, São Paulo: 1987.

RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite**: prostituição e código de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANTOS, B.; SIQUEIRA, I.; OLIVEIRA, C.; MURRAY, L.; BLANCHETTE, T.; BONOMI, C.; DA SILVA, A.P.; SIMÕES, S. Sex Work, Essential Work: A Historical and (Necro)Political Analysis of Sex Work in Times of COVID-19 in Brazil. **Soc. Sci.** 2021, 10, 2. <https://dx.doi.org/10.3390/socsci10010002>

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 217-243